

O desencantamento do mundo e a diluição do indivíduo: um estudo introdutório sobre a subjetividade contemporânea

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de; MIRANDA, Marília Gouvea de
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - e-mail: fe@fe.ufg.br
Palavras-chave: *subsunção do sujeito; diluição do indivíduo; racionalidade instrumental.*

Introdução

No despontar da modernidade, as relações das pessoas “entre si e consigo mesmas” sofreram drástica transformação: um *novo princípio* de vida passou a vigorar. As idéias que inauguraram esse novo modo de viver – a razão libertadora, os ideais de uma vida melhor para todos com base na tolerância, na liberdade, na individualidade e no progresso – determinou, também, a mudança das relações sociais e históricas; constituiu-se, então, um novo padrão societário, no qual emergiram o indivíduo e a sociedade, que passaram a configurar o mundo moderno. Novas realidades começaram a existir para o homem e o pensamento racional colocou-se a serviço da *nova ordem*.

Embalados pelas promessas de um mundo mais livre, mais justo e, portanto, melhor, os homens romperam os antigos laços que os vinculavam aos seus “superiores naturais” e submeteram-se à ordem nascente. No entanto, as promessas não se cumpriram. A vida não melhorou para a maioria; pelo contrário, o desmantelamento do mundo passou a compor o cotidiano das pessoas. A visão “diluidora” da modernidade, que Marx nos apresenta no *Manifesto Comunista* (1998), contribui para o entendimento das forças desenvolvimentistas e degeneradoras que impelem, cada vez mais, à reprodução acelerada das iniquidades da sociedade capitalista. Tudo se *esfumaça no ar*, pois tudo o que é construído, deve ser desfeito para que seja substituído por algo novo; todo produto do trabalho será pulverizado para ser novamente refeito, sob formas cada vez mais lucrativas. A *autodestruição inovadora* a tudo invade e o propósito de enterrar os feitiços do passado transforma-se no próprio feitiço, não mais controlável, dos tempos modernos (Berman, 1987).

A modernidade instituiu o pensamento racional que, na sua forma mais extremada, instaurou a própria irracionalidade. A máquina *ganha vida* e potencializa a extração da mais valia. O trabalhador passa “a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital” (Marx, 1968, p. 489). As relações competitivas entre os pequenos e os grandes proprietários, entre o capitalista e os trabalhadores assalariados configuram uma realidade perturbadora. A própria máquina torna-se concorrente do trabalhador, com base na idéia de que é a *máquina que produz*. Pelo menos, é o que a realidade informa na sua aparência. Uma aparência, por certo, enganadora. Na realidade, *é o homem* quem produz pois, a máquina, ela própria, também é produção humana¹ e não tem autonomia – sem o homem, nada faz. O modo de produção capitalista *esconde* a realidade e o que é exclusivamente *social* aparece como *natural*.

As relações que se estabelecem são, portanto, construídas historicamente e não naturais como elas se mostram aparentemente. As relações entre coisas, entre mercadorias, entre objetos que se vê na realidade são ilusórias. Não se trata de relações entre coisas, mas sobretudo, relações entre homens. Nesse processo, o homem não se reconhece na sua humanidade, pois o objeto *se faz por si* e expulsa

¹ A ocupação do plano produtivo pelo maquinário, restringe a habilidade humana ao manejo de uma ferramenta específica e, gradativamente, quando se apodera de um ramo de produção, produz a miséria crônica entre os trabalhadores..

o sujeito da realidade, uma realidade humana e por isso, histórica. Uma relação de estranhamento se estabelece, o sujeito perde-se de si mesmo e dos outros homens.

Nessa sociedade, o homem é separado dos outros homens, do seu produto, do processo social que ele próprio construiu. No seu isolamento, uma força objetiva o domina, controlando-o e, *naturalmente*, esse homem é *forçado* a cooperar. O controle é percebido como externo a ele, não como força produtiva concentrada por um conjunto de indivíduos. São condições sociais e configuram uma condição de cooperação dos indivíduos; e são forças produtivas que, somadas, condicionam “o estado social e (...), por conseguinte, a ‘história da humanidade’ deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história das indústrias e das trocas” (Marx, 1986, p. 42). No entanto, tudo *parece natural*.

Como desnudar essa realidade? O desafio é resgatar na história, através de um procedimento do pensamento que mostre o que o objeto é e que a aparência *nega*. Esse procedimento não pode ser o descritivo, portanto. Deve ser um procedimento racional que possa desvendar a realidade que se encontra encoberta. O movimento do pensamento deve revelar as mediações que são constitutivas do objeto, desvendando, por meio da compreensão, da história, o próprio objeto no seu movimento e na sua totalidade. Isso, Marx fez com propriedade. Como afirma Berman (1987, p. 89), “o pensamento modernista, tão brilhante e iluminador do lado escuro de todos e de tudo, vem a ter os seus próprios e reprimidos cantos escuros, sobre os quais Marx pode fazer incidir nova luz”.

O “fazer-se homem” pelo trabalho no capitalismo

Ao considerar a vida material do homem como ponto de partida, Marx alerta, na Ideologia Alemã (1986, p. 37), que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, reafirmando ser fundamental entendê-la vinculada ao processo histórico da vida do homem. Esse princípio desfaz a idéia de uma consciência autônoma, abstrata, e a apresenta como lastreada e constituída pelos homens na própria dinâmica da produção material, o que implica na possibilidade de transformação do “pensar e dos produtos do pensar” do homem. Ao transformar o trabalho – atividade essencial para a realização humana e fator de significação da vida social pela mediação homem/natureza – em atividade repetitiva, fragmentada, sem sentido e sem significado para a vida, o modo de produção capitalista submeteu o indivíduo ao extremo isolamento e fragmentação, alienando-o e distanciando-o dos outros homens. Tornou-o um ser incapaz de conhecer a si mesmo, de se reconhecer nos outros, bem como de conhecer a sua realidade, a sua vida, senão de forma também cindida e nebulosa. Esse processo ocorre, para Marx (Marx e Engels, 1986, p.119)

no curso do desenvolvimento histórico e precisamente devido ao inevitável fato de que, no interior da divisão social do trabalho, as relações sociais adquirem uma existência autônoma, surge uma divisão na vida de cada indivíduo, na medida em que uma vida é pessoal e na medida em que está subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes.

Historicamente, Marx (1986) pontua o estranhamento do homem em relação ao *produto* do trabalho e em relação à própria *atividade* – formas de alienação que se vinculam à condição dos trabalhadores tornarem-se *mercadorias*. Três relações fundamentais podem ser assinaladas nesse processo: a dos homens com a natureza, a dos homens entre si e a do homem consigo mesmo, o que implica em uma *cisão interior ao próprio sujeito*. A relação com a natureza, por não acontecer de forma direta e sim mediatizada pelo capital, torna-se nessa perspectiva, estranhada, alienada: a própria natureza se torna valor de troca, mercadoria. Esta separação

ocorre na materialidade, nas formas de realização efetiva frente às condições de produção, não mais naturais, mas historicamente transformadas em capital e, portanto, não mais asseguradas para a sobrevivência. Esse processo implica a restrição do trabalhador às condições físicas de sobrevivência, limitando sua ação produtiva nas relações com o mundo. A natureza tornada mercadoria e vivenciada de forma abstrata, alienada, determina o *sujeitamento* físico do homem frente ao grande *sujeito*: o capital. Essa determinação, imposta ao sujeito *físico*, vai além dos aspectos corpóreos, de sobrevivência e reprodução, mas implicam um bloqueio de parte fundamental do conjunto de disposições e capacidades ativas do sujeito – os *seus sentidos*.

Cada uma de suas relações *humanas* com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar –, em resumo, todos os órgãos de sua individualidade, como os órgãos que são imediatamente coletivos em sua forma, são, em seu comportamento *objetivo*, em seu *comportamento para com o objeto*, a apropriação deste. (...) A superação da propriedade privada é por isso a *emancipação* de todos os sentidos e qualidades humanas; mas é precisamente esta emancipação, porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram *humanos*, tanto objetiva como subjetivamente. (...) não só os cinco sentidos, como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), em uma palavra, o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, constituem-se unicamente mediante o modo de existência de *seu* objeto, mediante a natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal até nossos dias. O *sentido* que é prisioneiro da grosseira necessidade prática tem apenas um sentido limitado. (Marx, 1987, p. 177-178) (grifos no original)

É assim que o homem *constitui-se* de forma restrita, pois todas as suas capacidades colocam-se a serviço do modo de produção que o submete à conformação necessária ao capital. Despojado das condições de sobrevivência e reprodução, o trabalhador passa a contar exclusivamente consigo mesmo para o acesso aos meios de produção, constituindo, desse modo, formas de individualidade e isolamento social. A ausência prévia de sociabilidade, que consubstancia esse isolamento é, em si, a condição para que a individualidade adquira um caráter histórico.

O desenvolvimento das forças produtivas torna-se destrutivo, fundado na maquinaria e no lucro, gerando uma contradição de complexa elucidação para o trabalhador. Isto posto, uma determinada classe deve “suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens”, sendo submetida à dominação em todas as suas dimensões. Assim, “os indivíduos singulares, tornam-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (...), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*” (Marx e Engels, 1986, p. 54). As relações assim constituídas apresentam elementos marcantes de antagonismo e tensão, imersas em ambiente social de oposição de forças e de conflito permanente, que (con)formam uma consciência partida que não permite a identificação com o diferente. Desvendar as formas ilusórias que, ao se naturalizarem, mistificam, fetichizam, promovem uma “falsa” consciência que contribui para a reprodução desse processo, implica, portanto, ir além das aparências².

² Ao escrever sua obra máxima, *O capital*, Marx (1968) inicia a análise crítica do capitalismo pela análise abstrata da mercadoria. A mercadoria é a forma elementar da riqueza na economia capitalista. A utilidade da mercadoria define e configura o seu valor de uso. As relações quantitativas de troca estabelecidas entre as mercadorias que são valores de uso as tornam, nesse processo, também valores de troca. O valor de uso corporifica o trabalho do homem (do marceneiro, do

Essa forma *fantasmagórica*, de pura *sociabilidade* que a mercadoria assume nas relações de troca, sedimentada sob a forma de valor que lhe é consubstancial, faz com que, frente ao objeto que tem vida, o homem tenha a sua consciência negada: por se objetivarem, os homens podem constituir sua subjetividade, sua personalidade, enquanto determinação individual. No entanto, pelo fato de ser determinada ontologicamente nas condições sociais, a subjetividade é resultante das relações entre os homens, é o resultado da autocriação humana. Trata-se, portanto, de uma análise da constituição do indivíduo moderno na sua totalidade, o que implica em considerar os aspectos objetivos e subjetivos, os lastros que o capturam e o impedem de conhecer a realidade tal como ela é.

Compreender, por meio do movimento do pensamento, partindo do abstrato em direção ao concreto pensado, possibilita revelar, esse *caráter místico*, fantasmagórico da realidade, mostrando que a mercadoria adquire propriedades independentes do seu produtor e das relações de produção pela forma como ela se processa. Mostra, ainda, que a energia *física* e *espiritual* despendida pela atividade nos processos de objetivação e subjetivação, no caso de haver *apropriação* dos resultados da atividade, possibilita ao indivíduo tornar-se *sujeito*, se *subjetivar*, e em relação à matéria da atividade, torna-se *objeto*. Trata-se de um processo que, fundamentalmente, põe *sujeitos e objetos*. Em contraposição, se o indivíduo não se apropria do resultado, nesse caso, na atividade alienada, a energia vital torna-se própria do *objeto*, que se transforma e adquire vida, autonomiza-se, *fetichiza-se*. As energias físicas e espirituais, neste caso, não são apropriadas pelo *sujeito* e a subjetivação determina um processo que *coisifica*, que limita o sujeito pelo próprio objeto³.

A forma elementar do fetichismo da mercadoria está nas relações econômicas que definem o capitalismo, que se mostram, na sua aparência como naturais. A complexa relação mercadológica reflete a divisão do trabalho que orienta o processo produtivo e se caracteriza pela relação entre *produtos*.

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos

pedreiro, etc.); ao tornar-se valor de troca reduz o trabalho concreto a “uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (Marx, 1968, p. 45). Assim, a medida do valor da mercadoria corresponde ao trabalho humano materializado que ela contém e essa medida se faz pelo tempo de duração do trabalho necessário para produzi-la. Mede-se a grandeza do valor, por meio da quantidade da substância criadora de valor nele contida: o *trabalho*. A atividade prático-espiritual dos homens, objetivada e fixada na produção, constitui a realidade social e, ao mesmo tempo, constitui o próprio homem. Desse modo, a análise do trabalho, como atividade humana, está intimamente vinculada à constituição do *ser homem*, ou seja a especificidade do ser humano revela-se no processo do trabalho. Ao fazer a crítica à economia capitalista, Marx conseguiu desvendar o que estava encoberto: o valor de troca é social e é o trabalho humano que atribui valor à mercadoria. Assim, a *riqueza* é trabalho humano objetivado. São as relações sociais que tornam possíveis as trocas entre os objetos, embora elas neguem, ao homem, sua *expressão* como sujeito ativo que produz essas relações.

³ Na economia capitalista, o modo de produção transforma o trabalho em seu contrário: não se objetivando, não se reconhecendo, o homem se aliena. Não é mais o homem que detém o controle, ele agora é dominado e controlado pelos objetos, pelas mercadorias, por aquilo que cria. Como diz Marx (1968, p. 45), “À primeira vista, a mercadoria parece coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”. Ela encobre, esconde, dissimula o trabalho social do homem que ela contém, apresentando-se com características próprias, independentes daquele que a produziu.

produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (Marx, 1968, p. 81)

Nesse processo, os produtos apresentam-se *encarnados* de valor, como se lhes fosse inerente essa propriedade, configurando a ilusão do poder que detêm. Poder que não lhes é atributo pois são criação humana. Nesse processo obscuro, as potencialidades do trabalho aparecem como se pertencessem naturalmente ao capital; uma mistificação é processada e encobre a aparência; na sua radicalidade faz com que o capital, mesmo sem empregar trabalho produtivo, possa gerar juros. A ilusão mistificadora é descrita por Marx (1968, p. 82):

Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores, por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto, sem o saber.

As diferenças, que configuravam formas de dependência pessoal em outros modos de produção (de casta, de sangue, etc.), são eliminadas no capitalismo e a *indiferença* é estabelecida. Essa *indiferença* social produz uma indeterminação extremamente importante nas relações mercantilizadas, em relação ao tipo de trabalho produtor de valor e em relação ao tipo de mercadoria. Configura-se, então, uma generalização da forma mercadoria, valendo-se da relação universal de *utilidade* e do princípio da comparabilidade quantitativa, que tornam possível a troca de todos os produtos. Determinado como força de trabalho, como mercadoria, o trabalhador submete-se a esse princípio geral, que pressupõe a eliminação, a abstração das diferenças qualitativas dos outros e de si mesmo. Nesse contexto, a indiferença representa a supressão de formas de trabalho determinadas⁴, bem como formas prévias de sociabilidade que, sob o predomínio do valor de troca, elimina e abstrai as diferenças *qualitativas dos outros e de si mesmo*, diferenças essas que possibilitam, aos homens, tornarem-se *sujeitos*.

Em sua forma cada vez mais avançada, a racionalidade econômica acaba, portanto, expropriando os sujeitos e orientando-os a se modelarem mais docilmente, subsumindo o indivíduo no mundo da produção em série. A “célula dinâmica da atividade econômica”, historicamente, vai perdendo espaço para a gestão cada vez mais racional, menos dispendiosa e com menos risco. Enfim, o *isolamento* do indivíduo torna mais fácil a condução dos processos de dominação. Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 189-190),

O indivíduo tornou-se um obstáculo à produção. (...) Se, no liberalismo, a individuação de uma parte da população era condição da adaptação da sociedade em seu todo ao estágio da técnica, hoje, o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação.

Algumas considerações

O conceito consolidado pelo liberalismo de indivíduo autônomo, independente e livre para vender sua força de trabalho, promove uma contraposição indivíduo-sociedade, que configura uma realidade social ilusória e obscurece os liames históricos constitutivos do sujeito, enraizados nas relações sociais de produção. Nos dias atuais, na sociedade industrial avançada, cada vez mais a subsunção do sujeito exige a diluição do indivíduo.

⁴ O trabalho humano é considerado não só trabalho concreto (atividade e produto determinado), como também trabalho abstrato, geral, pois só assim os produtos do trabalho podem ser equiparados e trocados. Assim, o produto do trabalho torna um *fetichismo* na medida em que se converte em partícula de um trabalho geral, abstrato, isto é, como mercadoria.

A instrumentalização que invade as vidas humanas em todos os níveis, “transforma tudo o que toca em fonte potencial de progresso e de exploração, de servidão e satisfação, de liberdade e opressão”, como afirma Marcuse (1967, p. 87). A racionalidade instrumental torna-se opressão da subjetividade. Assim, o “sentido do terror” permeia o mundo moderno, “Pois esse mundo miraculoso e mágico é ainda demoníaco e aterrorizador, a girar desenfreado e fora de controle, a ameaçar e a destruir, cegamente, à medida que se move” (Berman, 1987, p. 99). Consumados niilistas, os homens buscam em desespero expandir os poderes humanos por meio da racionalidade, da ciência e atingem limites diabólicos e resultados impensáveis. A autodestruição, portanto, está presente em todas as esferas: quer no âmbito do indivíduo, quer no da sociedade.

O ciclo da inovação, sustentado na idéia de progresso, de melhoria do mundo, necessita promover a *reciclagem*, que alcança o homem na sua totalidade: na sua individualidade, nas suas relações familiares, profissionais, na sociedade como um todo. O envolvimento não permite a negativa e o pensamento se eterniza; naturalizado, o processo não precisa de compreensão e a unidimensionalidade se institui. A realidade promove a fetichização do próprio homem e de tudo que o circunda. Tudo e todos se tornam mercadorias: os artistas, os intelectuais, todos, fazem parte de um grande mercado. O tempo se eterniza, pois, no limite, o que vivemos hoje, “sempre foi assim”. A adesão é brutal e formalizada e em nome do desejo individualizado, o sujeito adere. Se antes a cultura possibilitava emergir o diferente, a contestação, a posituação da realidade consiste na sua afirmação, sem espaços possíveis de contraposição à condição imposta. Assim, ocorre a dissolução do indivíduo na universalidade e a adesão pela identificação individualizada. Uma racionalidade que opera na lógica da instrumentalidade e portanto, afirmativa da realidade, que não acolhe a diferença e não permite ser o que não é *permitido*.

Somente uma razão crítica que pensa a própria razão, uma razão que não se instrumentalizou pode devolver o sujeito que pode conhecer a realidade como ela é, por meio da análise das relações que estabelece com ela historicamente. Assim, a possibilidade de devolver ao sujeito as condições para se identificar, se diferenciar e estabelecer a relação constitutiva do conhecimento com o próprio objeto, é a condição de uma teoria crítica.

Referências bibliográficas:

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, Karl. *O Capital*. v. 1. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, Os Pensadores, 1987.
- _____. Manifesto Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson [et. al.]. *O manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.